

PAULUS Social

REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Ano 2 – Nº 4 | Janeiro – Março 2020



A METODOLOGIA DO PERCURSO

UMA METODOLOGIA QUE INCENTIVA O PROTAGONISMO NO
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

• QUEM FAZ O SUAS ACONTECER

DANÇA: PENSAMENTO E PRÁTICA HOLÍSTICA NOS
ESPAÇOS SOCIOEDUCATIVOS

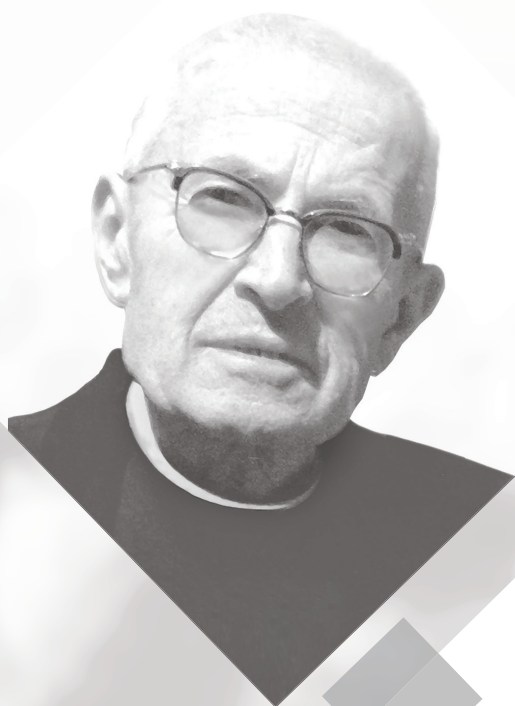
• PARCEIROS EM AÇÃO

PARCERIA COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL PAULUS
GERA AUTONOMIA E SEGURANÇA PARA O
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE CAMPINA GRANDE



DIFUNDIR CONHECIMENTO E **TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Como dizia o fundador da **PAULUS**, o Bem-Aventurado Tiago Alberione, na porta dos conventos, antigamente, distribuía-se pão, sopa etc., prática mantida ainda hoje em muitos lugares; assim, também é preciso distribuir na porta dos conventos a verdade e o conhecimento. A **PAULUS** tem como missão promover integralmente o ser humano por meio da comunicação, da assistência social, educacional e cultural. Todas as suas atividades estão voltadas para esse fim. Apresentamos a seguir os números do relatório de atividades da organização nos campos da Assistência Social e Educacional no período de 2012 a 2018, parte das quais desenvolvida em parceria com outras organizações governamentais e não governamentais.



Resumo da atuação da PAULUS na Assistência Social e educacional no período 2012 - 2018

290 Municípios mobilizados

480 Pesquisas na área social

382 Formações realizadas

8.400 Instituições atendidas diretamente

10.900 Horas de formação

17.330 Certificados emitidos nas atividades de Assessoramento (cursos gratuitos)

8.000.000 kits de livros do programa Direito e Cidadania distribuídos nacionalmente

Bolsas universitárias na FAPCOM (São Paulo)

2.027 Bolsas 100%

4.237 Bolsas 50%

6.264 Total de bolsas no período

Alunos formados gratuitamente pelo curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Serviço do SUAS – Sistema Único de Assistência Social

28 Alunos formados em 2017

39 Alunos formados em 2019

NOVOS TEMPOS



Germinando caminhos

Iniciando bem o ano de 2020, a revista *PAULUS Social* retoma sua missão de difundir e enriquecer reflexões sobre a Assistência Social. Nesta edição, voltamos com maior atenção nossos olhares para os percursos realizados nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, buscando estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento de atividades de convivência neste novo ano.

A matéria de capa ouve diversos atores relacionados a essa metodologia, traçando um grande panorama dos resultados, dificuldades e estratégias para a realização de percursos. Para exemplificar seus efeitos, trazemos o retrato de um evento ocorrido no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente PAULUS, na Freguesia do Ó, em São Paulo. O encontro, fruto de um percurso, ilustra bem os efeitos deste sobre os adolescentes e o território em que vivem.

A editoria “Quem faz o SUAS acontecer” enriquece a pauta com dois de seus três textos: o primeiro, elaborando uma breve reflexão sobre como o percurso é percebido; o segundo, resultado de uma formação do Projeto InovaSUAS, coloca o uso da dança como elemento facilitador de convivência. Na mesma seção, um dos trabalhos de conclusão da Pós-Graduação em Gestão e Serviços do SUAS traça um panorama dos serviços socioassistenciais disponíveis para a população em situação de rua no ano de 2018.

Mais dois textos concluem esta edição: uma breve crônica sobre como relacionar-se nesta época de intangibilidade afetiva e uma matéria relatando a parceria de sucesso entre PAULUS e o Conselho Municipal de Assistência Social de Campina Grande.

Boa leitura!



Ano 2 – Nº 4 | Janeiro – Março 2020
ISSN 2596-2264

A *PAULUS Social* é uma publicação do Departamento de Assistência Social, mantido pela PIA Sociedade de São Paulo – PAULUS

PAULUS
Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral
Pe. Valdecir Pereira Uveda

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Gerente de Assistência Social
Dulcinéia Reginato Francisco

Assessor de Marketing
Pe. Jakson de Alencar

Gerente de Marketing
Fernando Mendes

Coordenador de Marketing
Samuel Lima

Direção de arte
Thiago Rodrigues

Comissão de publicação
Aurimar Pacheco Ferreira,
Coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social; Alberto Nascimento Filho, Analista de Projetos Sociais; Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais; Denilson de Castro, Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação
Thais Ventura Ramone

Reportagem
Alberto Nascimento Filho
e Matheus Macedo

Edição de texto
Roberta Molina

Revisão
Isabela Talarico

Colaboradores
Karolline Vicente da Silva
Isabella Henriques Fernandes Ferreira
Cristiane Silva dos Reis
Fernanda Leite Mariano
Marilene Aparecida Moreira Maciel
Agnaldo Aparecido Geremias

Tiragem
2000 exemplares

Impressão
Gráfica PAULUS

Contato
Assistência Social PAULUS
Tel.: 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

Fotos
Arquivo pessoal da PAULUS
e banco de imagens iStock



Capa

A Metodologia do Percurso: uma metodologia que incentiva o protagonismo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

6

12

Crônica

Relatos de um amor pós-moderno



Quem faz o SUAS acontecer

Dança: pensamento e prática holística nos espaços socioeducativos

14

18

Quem faz o SUAS acontecer

A oferta de serviços socioassistenciais para a população de rua na região central de São Paulo



Quem faz o SUAS acontecer

O convívio, seu curso e o Percurso

22

26

Parceiros em ação

Parceria com a Assistência Social PAULUS gera autonomia e segurança para o Conselho Municipal de Campina Grande



Eventos

Encontro reúne adolescentes dos Serviços de Convivência da PAULUS e outros três Centros de Atendimento da Freguesia do Ó

28

A METODOLOGIA DO PERCURSO: UMA METODOLOGIA QUE INCENTIVA O PROTAGONISMO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Por Alberto Nascimento

PERCURSOS EXECUTADOS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA FORTALECEM VÍNCULOS COM O TERRITÓRIO APROXIMANDO-SE DAS NARRATIVAS COTIDIANAS

A metodologia do Percurso ainda soa como novidade para muitos trabalhadores da Assistência Social. O Programa Direito e Cidadania tem como principal objetivo a capacitação de Orientadores Sociais para a construção de Percursos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para tanto, utiliza como referência livros escritos especificamente para fomentar o debate nestes ambientes.

Histórias são uma importante ferramenta de comunicação. Elas fundamentam nossas culturas e nos aproximam de nossas comunidades. Boas narrativas vão além de simplesmente expandir o vocabulário existencial de quem as ouve; elas permitem gerar gramáticas particulares capazes de ampliar nosso repertório de relação com todas as situações vividas.

Se essa ferramenta permite tal proximidade com outros e com o mundo, é apropriado que sua estrutura também sirva de inspiração para a construção de uma metodologia que permita ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) a manifestação plena de sua função. A historiadora Samara Xavier, formadora do Programa Direito e Cidadania (PDEC), ilustra

esse paralelo: “Ao contar uma história, você se preocupa em fazer isso de uma forma eficaz. Se a gente pensar que narrativa sempre é uma sequência de acontecimentos e fatos conectados, e que esses fatos ocorrem em um determinado tempo e possuem elementos básicos estruturantes em sua composição, o Percurso também precisa ser estruturado dentro dessa lógica: ele precisa ter uma organização que conte uma ‘história’ com começo, meio e fim. É necessário que essa história seja elaborada observando um tempo (o período de duração do percurso), qual é o fato/tema gerador/situação geradora, qual território, quem são os personagens (família, crianças, adolescentes) etc.”.

O psicólogo Célio Vanderlei, também formador do PDEC, ilustra a importância do uso dos Percursos nos SCFV: “O Percurso é central para estruturar um Serviço comprometido com as transformações do seu território. Trata-se de um trabalho com a participação da criança e do adolescente no território, tendo-os como protagonistas. A equipe de orientadores apoia esse processo, desenvolvendo a atividade que se desdobra na forma de Percurso”, diz Célio.



Educadores do CCA De Olho no Futuro, em Osasco/SP, participam do espetáculo *Aquarela Social*.

Foto: Arquivo PAULUS.



Samara Xavier ministra formação do Programa Direito e Cidadania na cidade de Olinda/PE.

Foto: Arquivo PAULUS.

Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais, que atuou como Orientadora Social no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente De Olho no Futuro, complementa a relevância do uso do Percurso como ferramenta para o estreitamento da relação do Serviço com o território: “O Percurso tem sua importância dada a relação que ele estabelece com os usuários, o próprio Serviço, a família e o território. Nesse sentido, a gente valoriza o que acontece no processo mais do que no resultado, que é um dos pressupostos dessa metodologia. Um resultado é que a trajetória possibilite ganhos de consciência crítica acerca da própria existência”, afirma Mira.

Observando a necessidade de valorar o que acontece durante o desenvolver da atividade, mais do que simplesmente mirar um resultado engessado, fica claro que o exercício demanda a fluidez. A necessidade de lidar com o que quer que surja é vista com divertimento por Fábio Maganha, Supervisor do CCA De Olho no Futuro.

“O mais interessante do percurso é a imprevisibilidade. Apesar de haver um tema gerador, a partir dele vão surgindo conceitos específicos, bem particulares do território. Essa coisa de ser imprevisível é muito gostosa; você estar ali, poder ouvir o que acontece... Tem essa coisa de troca e de escuta. É perceber que às vezes o que você tem em mente cai por terra, pois você precisa seguir por outros caminhos de acordo com a demanda dos atendidos, coisa que acontece muito. Essas situações geram a possibilidade de um aprendizado mútuo. Não tem como prever tudo; apesar de existir um planejamento, no meio do caminho a gente descobre muita coisa interessante, sobretudo no próprio território: conhecemos o território mais profundamente a partir do depoimento das crianças e dos adolescentes, fazemos visitas. Às vezes a gente vai fazer uma entrevista e, no meio do caminho, vai identificando outras coisas do território. O percurso vai se moldando e dialogando com toda a complexidade do território”, diz Fábio.

| A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Essa imprevisibilidade tem fruto na relação entre orientadores e atendidos que se desenvolve nesse tipo de atividade. Como Fábio ressalta, elaborar um Percurso é planejar algo com as crianças e adolescentes e comunidade. Planejar e executar sempre em conjunto.

Samara amplia o conceito, ao declarar como o percurso é uma conexão entre o desejo de executar uma atividade com o objetivo que essa atividade tem que alcançar. Se dentro do SCFV existe o grande objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio de ações desenvolvidas de um jeito planejado, sempre buscando uma reflexão e construção de consciência crítica com crianças e adolescentes, então o Percurso existe para articular todas as atividades para esta meta maior: o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ela prossegue, explicando a função de um Serviço de Convivência no território e seu papel nos vínculos ali identificados: "Falando assim, parece genérico, mas a gente precisa pensar que esse fortalecimento de vínculos vai ser pensado e articulado através de temas e debates previamente elaborados a partir de um diagnóstico feito naquele território. O Serviço precisa conhecer as demandas e as necessidades daquele território onde está alocado para entender como ele precisa atuar. Quando há um diagnóstico prévio, sabemos onde atuar. Então conseguimos construir o Percurso, ou seja, uma trajetória de atividades que vão sendo percorridas para que aquela intensão seja alcançada", esclarece.

Essa ação, simultaneamente planejada e aberta a adaptações, gera os mais diversos resultados, como exemplificado por Célio: "Surgem melhorias e contribuições na vida do território. Esta é a grande questão: que os participantes do serviço consigam promover alguma alteração concreta em termos de difundir informação, mobilizar atores sociais ou até fazer a sugestão de aprimoramento de uma política pública. Mas ele também deixa como efeito colateral a transformação do próprio participante. No momento em que desenvolve esse envolvimento com o território, ele passa a ser uma pessoa mais segura, mais coerente e consistente. Ele consolida uma noção de cidadania que não é meramente teórica: ela é concretizada por meio de uma ação de compromisso com seu território. Surge um amadurecimento no sentido de pertencimento social e comunitário, melhorias na sua convivência dentro do coletivo do qual ele faz parte, dentro da sua família, inclusive dentro da sua comunidade. Esse amadurecimento é o resultado mais interessante que nós temos visto acontecer". Sama-

ra reforça esse valor integrativo: "A sacada do Percurso é a ideia de totalidade, de articulação, de que nenhuma ação está isolada e desconectada dentro do Serviço de Convivência. A genialidade está em pensar que todas as questões que acontecem no território vão impactar no convívio e na relação das crianças e adolescentes no Serviço e, por consequência, na atuação do SCFV dentro da comunidade", afirma Samara.

Célio afirma que, apesar dos resultados, a metodologia do Percurso encontra, por vezes, alguma resistência em Serviços de Convivência. "Existe uma resistência muito grande da parte de alguns trabalhadores e de diretorias de entidades que não compreenderam o sentido e a relevância desta forma de aplicação do SCFV, muitos ainda presos ao modelo anterior de oficina, querendo ainda preparar para o mercado de trabalho ou simplesmente ensinar instrumentos musicais, artesanato e outras coisas estanques, entendendo que o imediato de uma aprendizagem imediata como essa tem mais concretude. Este é um grande obstáculo. Outro obstáculo é a própria equipe técnica ocasionalmente não saber trabalhar de outra forma. Às vezes são pessoas que têm uma trajetória muito fechada em uma atividade (artesanato, esporte etc.) e, ao começar a trabalhar no Serviço de Convivência, encontram dificuldades para fazer a transposição da sua experiência para esse novo formato", sublinha Célio Vanderlei.

Samara Xavier complementa: "As maiores dificuldades para a elaboração de um percurso são justamente a nossa reprodução de um comportamento pragmático que desmonta a forma de fazer as coisas, colocando tudo muito em caixinhas. O Percurso vem para mostrar que a vida não é tão compartimentalizada, mas acontece de forma total e integrada. Ele vem para romper com a antiga lógica", diz Samara.

Parte dessa resistência surge por conta dos resultados diferenciados obtidos com a aplicação do Percurso. Mira Lopes ilustra: "O curioso é que, em certa leitura, não existe exatamente um produto facilmente observável para revelar o que acontece no percurso, apesar de acontecer ocasionalmente. Ter um resultado tangível (no sentido mais material) não é o objetivo. O percurso não carrega em si nenhuma necessidade de que o resultado seja incrível; se for, ótimo, mas o contraponto principal é um ganho subjetivo que é dificilmente mensurável. Ele é observável para quem está ali; o orientador vai notar que uma criança que tinha muita dificuldade para falar, numa determinada atividade do percurso, por um motivo qualquer, desenvolveu uma fala, ou uma dança, ou chorou, gargalhou... É algo que você não mensura", conclui Mira.

| PERCURSO *VERSUS* OFICINA

Por muito tempo tidas como paradigma nos Serviços de Convivência e ainda utilizadas em algumas situações, as oficinas são um passo anterior do processo que culminou nos percursos. Fábio Maganha pontua como os objetivos da oficina são mais fechados, sem liberdade e flexibilidade para a criação: “Está ali, está posto e é isso. No percurso é o contrário: a gente tem mais possibilidades para criar e recriar. Quanto mais a gente cria e recria com as crianças e adolescentes, mais o percurso está dando certo. Na oficina você tem o objetivo pelo objetivo. Mas a grande diferença do percurso é você ter uma escuta ativa e, por meio dessa escuta, tomar vários caminhos e várias direções”, fala Fábio.

Conforme observa Célio, o percurso propõe uma transformação territorial: “Ele é o desenvolvimento de ações comprometidas com o território, que implicam visitas a instituições e ambiente públicos do território, mobilizações de atores no território que acrescentem ao tema abordado no percurso. Todas as atividades preparatórias e momentos prévios devem ser feitos pela equipe para garantir essa oferta levantada pelo participante do serviço. Já no modelo de oficina, ele ainda repete/simula a ideia de escola, desenvolvendo atividades que, mesmo sendo interessantes (culturais, esportivas), são estanques. Então, o velho modelo de ‘escolinha’ não atende ao sentido do SCVF. Ele pode trazer alguns elementos em termos de ampliação de informações, de acesso a experiências, ampliação de repertório da criança e do adolescente, mas está muito mais próximo do velho paradigma de ‘ocupar o tempo da criança’ do que de fato trabalhar com o seu protagonismo na vida social, que é o que está presente na ideia de percurso, na concepção de percurso”, diz Célio.

O Programa Direito e Cidadania, ação de Assessoramento da PAULUS, elabora formações e atividades focadas em capacitar os trabalhadores dos Serviços de Convivência na execução de Percursos, bem como compreender sua finalidade e objetivos. De acordo com Samara, “ele (o PDEC) ajuda a estimular a reflexão no SCFV, oferecendo uma proposta para alcançar os objetivos do Ser-

viço por meio da organização e do planejamento criticamente construído dos Percursos nos Serviços a partir a partir de textos que vão estimular diversos debates”. Ela complementa o raciocínio, observando o histórico da atuação da Assistência Social: “Outra questão fundamental é que, dentro do Social, nós temos uma trajetória de um tipo de negação dos processos de sistematização do que é feito. Nós somos trabalhadores de uma política ainda muito fixada no pragmatismo, na praticidade, na execução e na loucura do cotidiano, que é desgastante e imediatista. O PDEC transforma essa urgência do cotidiano em uma reflexão mediada e articulada pelo percurso. Ou seja, o percurso, proposto pela Política de Assistência Social, passa a ser um componente de mediação dentro do cotidiano, para que a gente saia desse imediatismo pragmático e tarefeiro”, diz.

Célio fala sobre os efeitos do Programa: “Ele impulsiona o desenvolvimento do Percurso, oferecendo o material de referência que estimula os participantes a desenvolverem atividades a partir daquele tema. Estimula, subsidia e, ao mesmo tempo, sugere uma forma de organizar o processo dentro do território. Os temas abordados são amplos o suficiente para serem adequados a vários territórios por todo o país. É um ponto de partida muito interessante para que cada local, identificando suas características próprias, desenvolva seu processo inspirado pelos livros do PDEC”.

Por fim, Fábio Maganha compartilha a experiência de um Percurso bem-sucedido na missão de fortalecer os vínculos sociais no território em que o Serviço de Convivência atua. “A gente tem uma experiência, chamada ‘15 às 15h’, que consiste em nos reunirmos com a comunidade todo dia 15, às 15 horas, para debater questões de impacto social. No ano passado, 2018, os encontros dependiam muito do nosso convite ativo à comunidade. Agora, em 2019, a comunidade está tão apropriada desse percurso que a continuidade dele tem ocorrido espontaneamente, gerando até atividades em outros equipamentos com temas expandidos por eles próprios. Posso dizer que, hoje, o ‘15 às 15h’ é um Percurso da comunidade, não do CCA”.

PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA



O que é?

O Programa **Direito e Cidadania** investe na capacitação de orientadores sociais como ferramenta de qualificação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para isso, utiliza a ampliação do conhecimento e a discussão de temas atuais e cotidianos, na perspectiva de novos caminhos que visam a garantia de direitos e a inclusão social de crianças e adolescentes. Em sua aplicação, utiliza livros selecionados e elaborados exclusivamente para a proposta, fomentando de forma lúdica o debate social.

Quer saber mais?

Acesse paulus.com.br/assistencia-social



RELATOS DE UM AMOR PÓS-MODERNO

Por Karolline Vicente da Silva

REFLEXÕES PESSOAIS SOBRE A SOCIEDADE PÓS-MODERNA COM BASE NO SOCIÓLOGO ZYGMUNT BAUMAN

Um romance que nasce na internet não conta com muita credibilidade na sociedade, ainda mais quando é oriundo de um aplicativo de relacionamento. Apesar disso, muitos casais se formam nessas condições, na esperança de criar uma conexão pouco supérflua. Mas, quando surpreendidos pela liquidez, sentem-se inerentes ao choque, pois, inconscientemente, também duvidavam da relação. Em razão desse “pré-julgamento”, os indivíduos “ficam”, sem que haja real interesse no interior um do outro. Este é um ciclo que se alimenta não apenas do desinteresse, mas também da carência afetiva e do medo. Freud explica.

Os laços da sociedade moderna se dão em rede, não mais em comunidade: os relacionamentos passam a ser “conexões” que podem ser feitas, desfeitas e refeitas conforme os interesses do indivíduo. Este novo meio para formar vínculos e estabelecer contatos não proporciona diálogos reais, dada a facilidade da seleção de círculos de pessoas com pensamentos semelhantes, evitando controvérsias, desconfortos e inseguranças.

Meu primeiro amor nasceu assim, entre os líquidos da internet. Ainda adolescente, uma das minhas primeiras “conexões” foi realizada dentro de um aplicativo de relacionamento. Nele, expus somente o que eu cogitava ser o melhor em mim e selecionei as características que o outro indivíduo, por trás da tela do celular, julgava melhores nele. Um *match* informou que nossos interesses eram parecidos e, a partir de então, passamos a conversar.

Diálogos supérfluos seguiram por algumas semanas, sempre analíticos para não mencionar algo que não fosse necessário. Este era o primeiro estágio do H2O: a liquidez. Esse estágio permaneceu constante no primeiro ano de amizade, até o ponto em que ambos

cogitaram sair do ambiente virtual para tentar algo sólido. No entanto, é válido ressaltar que um líquido sofre constante mudança e não conserva sua forma por muito tempo. Mas isso não quer dizer que aquela água cristalina viesse a transformar-se em um cubo de gelo.

A rede é mantida viva por duas atividades: conexão e desconexão. Sendo assim, o contato no meio virtual pode ser desfeito ao primeiro sinal de descontentamento, e foi exatamente isso o que ocorreu comigo. O bloqueio do sentimento se deu em conjunto com a exclusão do número do WhatsApp e o *unfollow* no Instagram. As pessoas, ao mesmo tempo que buscam o afeto e o companheirismo, têm medo de desenvolver relacionamentos mais profundos, que as façam ficar dependentes, expostas e, conseqüentemente, inseguras em relação à entrega, deixando-as imóveis em um universo em constante movimento.

Mas, em meu caso particular, em razão do permanente movimento das águas, repeti os movimentos de vai-e-vem duas vezes mais. Sempre através da internet, as tentativas de mergulhar a fundo em águas desconhecidas eram um desafio envolvente. Apesar de meu emocional ter sido entregue completamente àquela pessoa, cuja amizade aos poucos se escorria virtualmente, havia em mim o pensamento de que aquilo não daria em nada.

Cinco anos se passaram e o sentimento que, antes, parecia ser líquido como uma Coca-Cola, me corroendo aos poucos, foi se mostrando mais como uma gelatina. De fato, é sabido que a sociedade moderna não nutre os ideais de seus ancestrais, alimentando-se do “hoje”, do presente e dos desejos mais capitalistas possíveis. Entretanto, ao me enxergar líquida, senti em mim um sentimento cada vez mais sólido, como os de minha mãe. Ela, que cresceu no nordeste brasileiro, casou-se aos dezesseis anos e enfren-

tou toda a ondulação desta sociedade para estruturar cotidianamente a solidez do casamento, que comemora suas bodas de pérola em breve.

Este é um bom símbolo para o aniversário de três décadas de matrimônio – mas, ainda melhor, para confirmar a dificuldade de completar 10.950 dias ao lado de uma única pessoa. As pérolas são joias formadas dentro das ostras. Quando alguma substância estranha invade o molusco, produzindo uma inflamação em seu interior, esta envolve o corpo invasor com diversas camadas de uma substância dura e rica em calcário chamada madrepérola e, como resultado desse mecanismo de defesa, surgem as pérolas. Consegue imaginar uma joia dessas sendo nutrida sem a tolerância? Exatamente por isto os relacionamentos atuais são considerados apenas pedras de gelo: mantidos fora da temperatura correta, em algum momento poderão derreter.

Quando o primeiro encontro com meu “príncipe virtual” realmente foi realizado, quase como nos contos de fadas, o meu sorriso era mais do que uma imagem instagramatizada, os olhos brilhantes dele eram mais do que um efeito no Photoshop e o primeiro beijo foi mais do que um *match* no Tinder. Foi necessário menos de um mês para que uma novidade apagasse a luz daqueles olhos. A liberdade e a segurança não se mantêm em equilíbrio e, entre nós dois, cada um segurava uma ponta da corda. A sensação de liberdade custa a segurança, e eu, cedendo à minha, deixei-o livre e à mercê das vitrines e suas mercadorias. Na medida em que o futuro se torna incerto, o sentimento dominante é a obrigação de viver o momento presente intensamente e exclusivamente para si. Assim, o egoísmo cria novas conexões e as desfaz na mesma ilusão.

Desentendimentos são justificativas para rompimentos e, enquanto minha irmã mais velha me ensinava sobre a tolerância em um relacionamento amoroso – aprendida com os mais velhos e sendo propagada de geração em geração, como uma joia preciosa (que era) –, eu ouvia dele que “não estava bom” e que “não era isso que ele queria no momento”. Mesmo em meio ao caos, meu sentimento líquido, idêntico à Coca-Cola, se endureceu um pouco mais, tornando-se uma bola de sorvete. E em meio às lágrimas, por ser descartada e bloqueada, aguardei o momento em que esse sorvete viesse a derreter. Mas não ocorreu. Por isso, uma nova questão foi levantada em minha mente: como é possível viver em meio ao sólido e à liquidez? Isso porque, em meu ser, me observo líquida em algumas áreas da vida, mas, mesmo “pós-moderna”, do alto de meus quase 21 anos, não me desmancho quanto a este sentimento, que já dura seis anos.

Acredito quando o sociólogo cita quanto somos incertos em relação ao futuro em sociedade – os indivíduos “pós-modernos” tem inocentemente fixado suas esperanças e expectativas no presente, esquecendo, ou negligenciando, a solidez do matrimônio. Essa substituição pelo instantâneo, felizmente, não cabe mais a mim, pois em meu interior, entre tantas águas líquidas, marés tortuosas e enchentes, há um *iceberg* chamado Ágape. Este, certamente, Zygmunt Bauman não iria conseguir “liquidar”.

Karolline Vicente da Silva é aluna do curso de Graduação em Jornalismo da Faculdade PAULUS de Comunicação – FAPCOM.

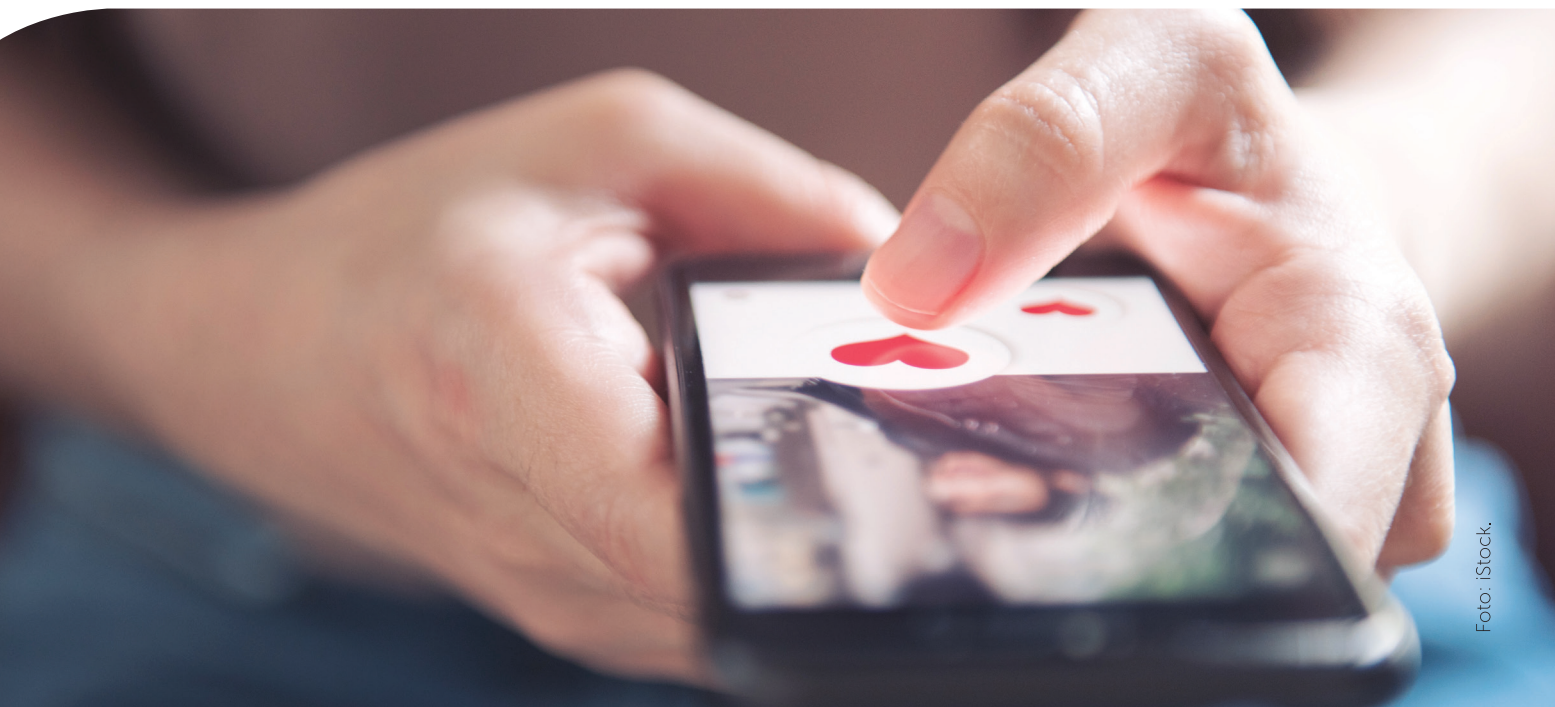


Foto: iStock.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

DANÇA: PENSAMENTO E PRÁTICA HOLÍSTICA NOS ESPAÇOS SOCIOEDUCATIVOS

Por Isabella Henriques Fernandes Ferreira

Foto: Atendidos pelo CCA PAULUS apresentam o espetáculo *Aquarela Social* na FAPCOM.

Dada a relevante importância de refletirmos acerca da abordagem da dança como linguagem artística a ser utilizada em espaços socioeducativos, pela qual os profissionais possam compreender suas atuações nesses locais de modo a possibilitar aos usuários atividades com real valor integrativo, esse artigo intenta apresentar um breve panorama sobre a história da dança e qual método pode expressar melhor consonância com a proposta de convivência e fortalecimento de vínculos.

Pensar a dança passa a ter maior importância a partir do início do século XX com a Dança Moderna, que buscava romper com certas tradições da dança clássica. François Delsarte, ator e pesquisador teórico, foi grande influenciador desse período, já que, ainda em meados do século XIX, desenvolveu estudos sobre a expressividade gestual corporal, os quais possibilitaram a exploração prática desse estudo a partir da dança (SOUZA, 2012).

Neste período, destacaram-se alguns nomes, como Isadora Duncan, Martha Graham, Jacques Dalcroze e Rudolf Laban, os quais buscavam ir além das técnicas e importavam-se com o modo como o movimento seria realizado, abandonando sapatinhas e roupas que impediam o movimento, tentando fazer dos bailarinos estudantes do próprio corpo para mover-se. Apesar de ter

ampliado o *como* pensar a dança, essa arte continuou, no entanto, com a abordagem de alguma técnica de dança para a preparação corporal, já que o corpo devia ser treinado para poder se expressar.

Em meados do século XX, a Dança Contemporânea consegue ampliar esse pensamento, dando autonomia ao dançarino para que este seja um intérprete-criador, visto como um sujeito que carrega no corpo a sua bagagem vivida. A dança é explorada como composições no espaço, vista como linguagem artística e área de conhecimento. Há a valorização do processo do espetáculo, não somente de seu produto compositivo final. Pina Bausch, Merce Cunningham, Steve Paxton e o brasileiro Klauss Vianna são nomes importantes desse momento. A Dança Contemporânea atrelou-se ao pensamento de corpo integrado e interdisciplinar do corpo, e a consciência de movimento foi trabalhada nos princípios das abordagens somáticas, desenvolvendo a Educação Somática, que conta com variados métodos para entendimento do próprio corpo e suas estruturas, a fim de tratar lesões ou problemas de saúde.

O conhecimento do corpo abordado pelos princípios somáticos possibilitou aos dançarinos da Dança Contemporânea mover-se a partir de estímulos do próprio corpo, do ambiente e seu contexto.



Trecho do espetáculo *Aquarela Social*, que, através de danças típicas, ilustrou alguns possíveis resultados de Percursos.

Foto: Arquivo PAULUS.

PERSPECTIVA MECANICISTA E HOLÍSTICA DA DANÇA

No dia a dia ouve-se com frequência que alguém não “leva jeito” para dançar ou que dançar é somente para diversão. Em contrapartida, diversos pesquisadores de dança refletem sobre algumas questões: qual corpo dança? Qual corpo é mais preparado para dançar? O que dançar? Quando se relacionam às falas do cotidiano, tais questões acabam gerando discussões, tanto para os que não conhecem a dança como área de conhecimento quanto para os estudiosos de dança. Muitos desses desentendimentos também ocorrem entre os profissionais, por terem visões divergentes de ensino da dança. Uma dessas visões seria o “mecanicismo”, que consiste na produção quantitativa – isto é, os números importam para a sua eficiência. A partir desse conceito, Woodruff (1999) aponta a Dança Moderna como uma atividade que leva em consideração a repetição de exercícios até que se alcance a automatização do movimento. Assim, a busca pela ruptura com o tradicionalismo da Dança Clássica se mostra mais idealizada do que concretizada, vindo a ser trabalhada com maior aprofundamento no período seguinte.

Em contrapartida ao pensamento tradicionalista/mecanicista, visando opor-se ao pensamento dicotômico e ampliando a maneira como o indivíduo pensa e age, além do modo como se relaciona com o ambiente e com o outro, destaca-se o conceito de Holismo re-

fletido por Dianne Woodruff: “Holismo é o conceito no qual uma unidade orgânica e integrada assume uma realidade independente e mais ampla do que a soma de suas partes” (WOODRUFF, Dianne; 1999, p. 26).

Ao trazer esse segundo paradigma, a pesquisadora discute sobre o processo de ensino da Dança, ressaltando que a Dança Moderna tem o intuito de colocar esse pensamento como regente, porém, com a predominância do mecanicismo e da forma tradicionalista do ensino. O Holismo pretende ir além da reprodução de passos, trazendo o sujeito que dança e o local em que dança como questões para o criar e o mover.

A criação em dança, a partir desse pensamento holístico, permite o reconhecimento de si àqueles que a praticam. O indivíduo é atravessado por estímulos sonoros, visuais e corporais, já que nessa abordagem de ensino é importante a análise de contexto destes corpos para assim percebê-los como corpos dançantes.

Com esses dois pensamentos, pode-se destacar que a formação dos profissionais que atuam nesses lugares se diferencia em duas categorias: educadores físicos e professores artistas – ou profissionais da dança com vieses mecanicista e holístico, respectivamente. O primeiro busca uma relação motora e repetitiva para a “educação” corporal; o segundo pensa e atua na prática a partir das experiências vividas e utilização das técnicas a favor deste corpo, não para doutriná-lo.



Atendidos pelo CCA De Olho no Futuro apresentam o espetáculo *Aquarela Social* na FAPCOM.

Foto: Arquivo PAULUS.

| A DANÇA COMO ELEMENTO FACILITADOR DA CONVIVÊNCIA E DO VÍNCULO

De acordo com os dois paradigmas de Woodruff (1999) relacionados às maneiras de pensar a dança na história, é preciso refletir sobre a contextualização da dança para o espaço socioeducativo. Esses espaços destinam-se a atender pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, preocupando-se com o bem-estar por meio da convivência e do fortalecimento de vínculos.

O contato direto das instituições com os usuários se dá pela atuação do educador social. Estudos da psicologia indicam que:

Aproximando-se da psiquiatria social, é levado a estudar o indivíduo não como um ser isolado, mas incluído dentro de um grupo, basicamente o familiar; empreende, assim, a investigação psicossocial e sociodinâmica. Ao mesmo tempo, investiga a inclusão e significação que esse grupo tem dentro da sociedade na qual está inserido, investigação que denomina institucional. (PICHON-RIVIÈRE, Enrique; 1998, p. 12).

Observa-se a importância da quebra do tradicionalismo e do pensamento dicotômico dentro dessas instituições e de seus profissionais, para que, assim, consigam trabalhar cada indivíduo em sua integralidade, trazendo o pensamento holístico como reflexão e acolhimento desses sujeitos.

Percebe-se a necessidade de as instituições compreenderem o pensamento integrativo; mas na prática, via de regra, a dança não é vista sob a ótica holística, e sim como uma atividade com vista a apresentações e reproduções de coreografias. Tal prática remete ao ensino tradicionalista/mecanicista, talvez, pelo desconhecimento da dança como uma área de conhecimento e linguagem artística para além da mera reprodução de movimentos.

Faz-se necessário refletir sobre a maneira como a dança pode ser trabalhada como elemento de fortalecimento de vínculos, já que esta pode ser facilitadora da convivência.

Pichon-Rivière (1998, p. 2-3) ressalta que só há vínculo quando os três campos de investigação (do indivíduo, do grupo e da instituição ou sociedade) estão trabalhando em conjunto. Com isso, destaca-se a relação do indivíduo consigo mesmo, com outro e a sua relação como ser que vive em sociedade, representando as esferas subjetivas, intersubjetivas e objetivas da existência, respectivamente.

Pensar em atividades de dança que visam o vínculo, colocar este sujeito em contato com o próprio corpo, estimular o reconhecimento de si e do seu corpo pelo movimento são atitudes fundamentais para o primeiro campo. Assim, abrem-se possibilidades de relação com os demais. Res-

salta-se que estes estariam sempre em conjunto desde o início do processo – mesmo que o trabalho seja individual, o ambiente e quem está inserido nele importam.

Conforme Vianna (2005, p. 70), o trabalho corporal pode ser terapêutico, por se tratar do contato com o próprio corpo como referência direta da existência como ser. Trabalhar o corpo é permitir-se respirar, abrir espaços internos. Vianna não trabalhava de forma terapêutica, mas entendia o corpo como integral e integrante, e a sua bagagem seria importante para o processo e criação em dança.

Vianna, Fusari e Ferraz (1993, p. 22-23) apontam três conceitos que permitem o ensino artístico:

FAZER/CONSTRUIR	Técnico-inventivo
REPRESENTAR	Imaginação, mundo da natureza e cultura.
EXPRIMIR	Sínteses de sentimentos estão incorporados nas ações do produtor da obra artística, na própria obra de arte, no processo da apresentação destes à sociedade e nos atos dos educadores.

Na tabela, Fazer, Representar e Expressar são maneiras e conceitos utilizados para trabalhar a linguagem artística. Sendo o processo artístico valorizado e integrado durante a sua exposição, o usuário do serviço participa durante todo o processo, que deve ser pensado e trabalhado integrando os três campos de investigação.

No Fazer, encontra-se a técnica, refletindo sobre quais aspectos técnicos o corpo pode criar a partir do movimento. O Representar envolve o desejo, uma causa para o mover-se. Já o Expressar vai pensar em como os conteúdos trabalhados durante o processo podem ser sintetizados em uma conduta menor, ressaltando a importância desta como parte do processo, que ainda poderá ter uma continuidade.

São pressupostos como esses que podem garantir a utilização da dança como mediadora corpo-mundo, relação, tensão e distensão, permitindo àqueles que atuam em espaços socioeducativos a superação da ideia de repetição de passos e apresentações de palco.

Texto produzido como trabalho de conclusão do curso "O espetáculo da convivência na prática dos SCFV – Modo Dança", do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

A OFERTA DE SERVIÇOS
SOCIOASSISTENCIAIS PARA
A **POPULAÇÃO DE RUA**
NA REGIÃO CENTRAL
DE SÃO PAULO

Por Cristiane Silva Dos Reis,
Fernanda Leite Mariano e
Marilene Aparecida Moreira Maciel*

São Paulo é um município que possui gestão plena na execução da política de assistência social. No caso, a gestão municipal desta política é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), como parte integrante do SUAS. Os principais instrumentos de gestão são o Plano Municipal de Assistência Social (PLAS), o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Atualmente há uma divisão para coordenar e executar os serviços socioassistenciais de forma descentralizada no município, chamado de Supervisão da Assistência Social – SAS. Existem 32 SAS, sendo que a responsável pela região central da cidade é a SAS Sé, que coordena os distritos de Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Sé e Santa Cecília.

De acordo com a última pesquisa censitária da população em situação de rua, a CENSO Fipe de 2015, há aproximadamente 15.905 pessoas em situação de rua. Dessas, na região central de São Paulo, há 3.864 pessoas. Estima-se que haja 2.036 pessoas em acolhimento como pernoite. Considerando que o número é flutuante, acredita-se que ele pode ter aumentado em quase o dobro, já que no CENSO do ano de 2000 havia 8.706 pessoas na mesma condição. A taxa percentual de aumento entre 2009 a 2015 é de 2,56%. Até a presente data não foi realizada ainda a atualização desses dados.

Para essa população, existem atualmente os seguintes serviços ofertados pela assistência social: Proteção Especial de Alta Complexidade: (2) CENTRO POP, (5) Centro Temporário de Acolhimento, (3) Centro de Acolhida Especial, (2) ATENDE, (4) Centro de Acolhida, (1) Família em Foco, (1) Autonomia em Foco; Proteção Especial de Média Complexidade: (1) Coordenação de Pronto Atendimento Social e (7) Serviço Especializado em Abordagem Social. Refeitório, (2) Núcleo de Serviço, (2) Núcleo de Inserção Social e Produtiva, (1) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.



Foto: iStock.

De todos os serviços supracitados, apenas o CENTRO POP é de gestão direta do poder público; os demais são serviços referenciados a ele, com parceiros da sociedade civil (entidades). Cabe ressaltar que o Estado tem o papel de subsidiar esses serviços para que possam responder às demandas segmento social em questão. Isso se dá na medida em que oferece condições estruturantes e recursos que implicam o desenvolvimento de ações concretas relacionadas à garantia de seus direitos.

No entanto, na atual gestão (2016-2020) observa-se a precarização crescente dos serviços, configurando um Estado omissivo com os usuários da assistência social, principalmente com quem está em situação de rua. Serviços conquistados nas gestões anteriores tiveram nova “roupagem” ou foram fechados, tendo como consequência a demissão de muitos trabalhadores e, principalmente, a violação de direitos dos usuários.

O primeiro marco a ser considerado nessa gestão foi a “higienização”, com o conjunto de ações chamado “Cidade Linda”, que consistia em limpar e revigorar espaços públicos da cidade. Porém, junto com a limpeza, “varriam-se” também pessoas em situação de rua, expulsando-as dos locais com maior visibilidade. Dessa forma, as ações desenvolvidas junto à população em geral caracterizam-se pelo caráter paliativo, fragmentado, setorizado e, em especial, de higienização, por ser marcada pela “assepsia” do centro da cidade com a expulsão da população em situação de rua. Quando havia resistência, tais pessoas sofriam agressão da equipe de zeladoria e tinham seus pertences levados, como documentos pessoais, remédios, roupas, entre outros.

O segundo marco é o fechamento da TENDA Nove de Julho, na região da Bela Vista. O serviço ficava embaixo do viaduto Nove de Julho, junto ao CREAS POP Bela Vista (atual CENTRO POP Bela Vista). No serviço havia uma equipe de técnicos assistentes sociais e orientadores socioeducativos. As ofertas desse serviço consistem em atendimento social, espaço de lazer, construção de vínculo comunitário, banheiros com chuveiros, tanques para lavar roupa e espaço para estender a roupa. Esse serviço, embora tivesse muito a ser melhorado, era o único espaço no qual a população de rua podia usufruir de tais ofertas.

No mesmo momento que a TENDA foi fechada, também se perdeu o espaço de atendimento no CENTRO POP, que passou a dividir apenas uma sala com o CENTRO POP Santa Cecília, impossibilitando ainda mais a efetividade de um serviço que é uma conquista para a população de rua.

O terceiro marco a ser considerado nesta atual gestão é a criação dos Centros Temporários de Acolhimento – CTA. O equipamento estava ligado ao programa “Trabalho Novo”, que tinha o objetivo de empregar pessoas em situação de rua, e tais vagas viriam da relação de parceria entre Prefeitura e empresários.

A priori, uma das condições exigidas, segundo os trabalhadores sociais, era que as pessoas em situação de rua estivessem em boa condição física (laboral), para que fossem encaminhadas aos trabalhos, e que tivessem todos os documentos pessoais (RG, Carteira de Trabalho, CPF, Reservista e Título de Eleitor). Tais exigências inviabilizam a inserção da maioria absoluta desta população e, em função disso, o programa foi denunciado no Ministério Público do Estado de São Paulo pelos conselheiros da cidade.

Os CTAS inaugurados nessa situação não possuem tipificação socioassistencial específica para funcionamento, utilizando-se, porém, das normas técnicas



e Tipificação da Proteção Social Especial de Serviços de Centros de Acolhidas (Portaria 46/SMADS/2010) já existentes na cidade de São Paulo.

No que se refere à população em situação de rua, a primeira portaria a ser considerada foi a 41/SMADS/2017. Essa portaria foi lançada numa sexta-feira (publicada em Diário Oficial no dia 21 de julho de 2017), dando ordem para a redução de diversos serviços, especialmente os serviços especializados em abordagem social.

Foi necessária grande mobilização de trabalhadores e usuários para manter os serviços e buscar respostas sobre as diversas mudanças e cortes de verbas. Mais tarde, em 23 de agosto, foi lançada a portaria 47/SMA-DS/2017, a fim de retificar alguns itens da portaria 41.

Assim, ficou decidido que os serviços da Supervisão de Assistência Social (SAS) Sé não teriam mais a diminuição do quadro de funcionários. Porém, houve sobreposição de serviços e repasse de verba constantemente atrasado para as entidades. Muitas não conseguiram se manter e tiveram de entregar os serviços. Quando isso aconteceu, essas unidades não foram reabertas, como Centro de Acolhida Lígia Jardim, Espaço de Convivência Tenda Nove de Julho e Núcleo Bela Vista. Considerando que no subdistrito Sé há somente um Centro de Acolhida (CTA 9 – público masculino)

e um Núcleo de Serviço, a perda desses serviços tem impacto enorme para a garantia mínima dos direitos sociais.

Alguns serviços foram sobrepostos, duplicados, como o serviço de abordagem. Atualmente há sete Serviços Especializados de Abordagem Social (SEAS) na SAS Sé; porém, surgiu nesse período o SEAS Regional Sé, que possui a abrangência de todos os anteriores e um quadro de funcionários três vezes maior. Os serviços de abordagem são fundamentais para a criação de vínculo com aqueles que permanecem em situação de rua, mas não desfrutam de autonomia para construir, de maneira gradativa, o processo de saída das ruas com a inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas.

“

A intersectorialidade deve ser uma ação de governo em níveis federal, estadual e municipal, e não somente do profissional que está na ponta, em sua luta diária, unindo esforços para a garantia mínima de direitos.

”

Percebe-se que houve poucos interesses políticos para a efetividade da política de assistência social – e não somente na atual gestão –, com avanços cada vez menores nos últimos anos.

É importante salientar que a política de assistência social não é suficiente para todas as demandas da população em situação de rua. O pouco que está garantido ainda não foi plenamente consolidado e serão necessárias novas estratégias de integração nas políticas públicas, tais como: pensar a política de habitação de interesse social, reforçar programas de transferência de renda e construir políticas para a inserção de trabalho específico para a população em situação de rua e de inserção à educação, especificamente para a população em situação de rua. Em resumo, a intersectorialidade deve ser uma ação de governo nos níveis federal, estadual e municipal, e não somente do profissional que está na ponta, em sua luta diária, unindo esforços para a garantia mínima de direitos.

* Concluintes da turma 2018/2019 da Pós-Graduação em Gestão e Serviços do SUAS da FAPCOM. O texto foi elaborado a partir Artigo de Conclusão do grupo, resultado de pesquisa realizada ao longo do ano de 2018.



QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

O CONVÍVIO, SEU CURSO E O PERCURSO

Por Agnaldo Aparecido Geremias

Foto: Crianças atendidas pelo CCA PAULUS levam a culminância do Percurso às ruas da Freguesia do Ó/SP.

Cabeça vazia... oficina do demônio! Tira já esse menino da rua!

Minhas escusas por iniciar dessa forma, com a construção de um texto que pretende ser uma importante possibilidade reflexiva.

Desculpando-me desde já pela obviedade, desejo reafirmar que me servi de tais expressões impregnadas pela violência com plena intencionalidade e consciência, a fim de abordar o assunto no qual me direcionarei a partir daqui de forma objetiva e sucinta.

As perspectivas repressoras do Estado autoritário carregaram, durante décadas de ditadura, um olhar sobre as ações socioeducativas direcionadas a crianças e adolescentes que visavam operar eminentemente por intermédio da famigerada proposta de atividades em regime de contraturno escolar. Uma busca higienista alinhada com os aforismos advindos do senso comum, como estes que deram início ao presente ensaio.

Partindo de indulgentes propostas, intuindo ocupar o tempo dos detentores da mais tenra idade, de forma a tomar suas mentes com aquilo que se julgava como educacional, historicamente, quase tudo soou como instrumento passível de serventia no recheio do “bolo de atividades socioeducativas”. Seguindo esta metáfora gastronômica, o extenso *menu* de ações empreendidas revelou, no decorrer da era que sucedeu a Carta Magna de 1988, a realização de ações que se diziam socioeducativas e que imiscuíram desde a confecção de panos de prato e peças de artesanato até atividades tidas como eruditas, a exemplo do *ballet* ou da música instrumental barroca, e a prática de artes marciais.

Mesmo depois de ocorrido o processo normativo, a partir do qual se tipificou o que conhecemos hoje como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), essa cultura ainda se faz presente no dia a dia da Assistência, algo que deverá ser suplantado, se o que se deseja de fato é promover o convívio e fortalecer vínculos.

Nesta toada, superar tais perspectivas envolverá uma desconstrução a partir da qual se abandone definitivamente o olhar sobre as atividades desenvolvidas no SCFV que por ventura ainda sejam caracterizadas



Percurso realizado no território pelo CCA De Olho no Futuro, em Osasco/SP.

Foto: Arquivo PAULUS.

como fins em si mesmas. É mister compreender as ações socioeducativas como fio condutor do processo socioeducativo e estimuladoras de ambiências impregnadas por valores universais: a solidariedade como dimensão amorosa, o respeito como reconhecimento do outro na recíproca do Eu, a assunção da coletividade como compreensão das interdependências, a equidade como aceitação e compreensão das diferenças, o convívio como possibilidade de fortalecimento dos grupos sociais para o enfrentamento às violações de direitos.

Por intermédio da sensibilidade artística e da criatividade, aliadas ao planejamento e à estrutura, além da aptidão profissional para construção de ideias com potencial de alçar ideais, a sociopedagogia pautada em percursos soa como trilha possível nessa

laboriosa caminhada rumo à superação de culturas historicamente cristalizadas nos SCFV. Trata-se de uma subversão consciente dos aspectos prosaicos do trabalho social, com o intuito de trazer à tona as nuances poéticas da ação socioeducativa, tomando-as como fundamento e como ponto de partida para as relações nos espaços de convívio.

“

A solidariedade como dimensão amorosa, o respeito como reconhecimento do outro na recíproca do Eu, a assunção da coletividade como compreensão das interdependências, a equidade como aceitação e compreensão das diferenças, o convívio como possibilidade de fortalecimento dos grupos sociais para o enfrentamento às violações de direitos.

”

Essa empreitada vem sendo assumida e construída desde um passado recente pela equipe de Assessoramento da PAULUS por intermédio do Programa Direito e Cidadania, que contempla atualmente localidades que vão do extremo norte ao extremo sul do país. Esse processo de disseminação socioeducativa promove a capacitação de orientadores e educadores sociais Brasil afora, apresentando o percurso como possibilidade didática, pedagógica, vivencial, relacional, político-democrática e, acima de tudo, teórico-prática. Ao se valer da literatura e, sobretudo, da leitura como estratégias fundantes, centrais e aglutinadoras das ações empreendidas pelos orientadores e educadores sociais, o percurso compreende O SCFV como um espaço amplo da ação educativa, capaz de contemplar em seu contexto um elo inseparável entre processos cognitivos e processos vitais.

Por ocorrer em espaços cunhados pela Política da Assistência como territórios, o trabalho que ocorre no SCFV necessita ser conscientemente desenvolvido sob perspectivas que concebam a

vida como algo que acontece na localidade, ainda que ela sofra com os ruídos incontrolláveis dos processos globais.

É mister complementar e antagonicamente, no entanto, considerar a necessidade de atentar para as irreversíveis consequências da tecnologia galopante que parece ter encolhido digitalmente o mundo, intercontaminando culturas, gerando processos de globalização e perspectivas de que, num futuro muito breve, provavelmente necessitaremos repensar nossos “jeitos de viver”.

Os movimentos das populações mundiais menos favorecidas em busca de reconstrução de suas vidas em países diversos aos da sua origem apresenta-nos a necessidade crescente de rompimento com conceitos preestabelecidos acerca de Estado, Nação, Pátria e, essencialmente, do exercício da cidadania.

Sob esta perspectiva reflexiva, é imprescindível a valorização do convívio, do estreitamento dos enlaces relacionais no interior do microcosmo representado por cada um dos SCFV. Por outro lado, é necessário também o permanente estímulo para a transcendência desses lugares estanques, num movimento que estimule a compreensão dos participantes para macrocosmo onde esses espaços se acham inseridos, bem como acerca das possibilidades de acesso e participação nos movimentos sociais, espaços de controle social e de construção das políticas públicas.

Não há como negar que as edificações legais acerca dos direitos sociais no decorrer da nossa história recente revelaram avanços, entre os quais se destaca o reconhecimento da Assistência Social como direito do cidadão. Não se deve esquecer, todavia, que as batalhas travadas para que tais direitos se constituíssem como leis tiveram sua gênese na luta por Justiça Social, numa perspectiva de igualdade. O direito, a meu juízo, foi o resultado de consensos, o caminho do meio, uma receita apaziguadora de ânimos exaltados, uma garantia mínima diante daquilo que se desejava de fato. De toda sorte, o que temos diante disso são regras instituídas nesse processo “democrático” que restaram hoje como a realidade da Assistência.



Esse complexo arcabouço legal, no entanto, parece ter sido escrito a lápis. Uma condição tal que expõe todas as referidas conquistas a simples golpes de borracha ou caneta, diante dos quais se pode decretar tudo para o limbo, como se fora uma feitiçaria pueril, dessas que povoam as películas cinematográficas repletas de efeitos especiais e inspiradas em *best-sellers juvenis*.

Eis o desafio do SCFV: soar como fagulha capaz de manter acesa a chama que aquece os corações e as mentes daqueles e daquelas que necessitam lutar não só pela garantia de direitos, mas por um mundo socialmente justo. Um mantenedor das batalhas contra o pessimismo e a distopia que impregnam incansavelmente as redes de comunicação e informação. Uma localidade inspiradora da compreensão do exercício da cidadania como dimensão necessária ao sujeito e como algo magnanimamente superior ao simples ato mecânico de imprimir o polegar num *scanner* cibernético, ou teclar míseros algarismos numa maquineta acumuladora de dígitos algorítmicos que se acredita delineadora dos destinos da nação.

Daí a importância do Percurso como estratégia de proporcionar aos infantes, aos possuidores da pouca idade e suas famílias espaços de discussão, debate e reflexão capazes de lhes propiciar a tomada de consciência de seu contexto e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de sua condição humana diante de um cotidiano de consumo e repressor, que ameaça as populações. Uma realidade que clama cada vez mais pela retomada da coletividade perdida na história, pela superação das fragmentações que transformam sujeitos em coisas, diferenças em polarizações e as relações humanas em objetos de interesse, e pela construção de um mundo onde, mais do que simplesmente sobreviver, o que se faz mais urgente é conviver.

Agnaldo Aparecido Geremias é graduado em Pedagogia, especialista em Gestão de Políticas Públicas Integradas para a Infância e Adolescência, mestrando em Educação pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE, Educador Social na Fundação Criança de São Bernardo do Campo e membro da equipe de formadores e do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social.



Culminância do Percurso realizado no CCA PAULUS é exibida nas ruas da Freguesia do Ó/SP.

Foto: Arquivo PAULUS.



Foto: Arquivo PAULUS.

Formação do Programa Direito e Cidadania realizada em Campina Grande/PB.

PARCERIA COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL PAULUS CONTRIBUI PARA AUTONOMIA E SEGURANÇA DO CMAS DE CAMPINA GRANDE

Por Matheus Macedo

NÚCLEO PAULUS DE FORMAÇÃO AUXILIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA PARAÍBA

Ao longo dos anos de atuação, a Assistência Social PAULUS vem prestando Assessoramento aos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) espalhados pelo Brasil, seja com formações, reordenamento ou auxiliando na regulamentação jurídica. De acordo com Aurimar Pacheco Ferreira, coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social e professor da Faculdade PAULUS de Comunicação, é comum encontrar CMAS que precisam de reestruturação. O conselho do município de Campina Grande, na Paraíba, era um desses casos.

| O QUE SÃO OS CMAS?

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram estabelecidas Políticas Públicas de proteção social. A partir da redemocratização, a população passou a ter direitos de participação social e, assim, foram surgindo os conselhos, órgãos colegiados responsáveis por formular, executar, fiscalizar e defender a aplicação das políticas.

Nos conselhos são reunidos representantes do governo e da sociedade civil, com paridade entre a quantidade de conselheiros, e o período de gestão é de dois anos. Durante a administração, os conselheiros assumem a responsabilidade de discutir assuntos do interesse da população, assim como aprovar planos de ação social, fiscalizar gastos com recursos públicos e acompanhar as políticas.

O CMAS DE CAMPINA GRANDE

Foi no ano de 2012 que a relação entre o CMAS de Campina Grande e a Assistência Social PAULUS começou se estreitar e criar parcerias. Na época, a coordenação do Núcleo PAULUS viu na entidade um forte potencial no campo da Assistência Social e também na capacidade de articulação e mobilização no Estado da Paraíba. Inicialmente, foram realizadas capacitações com o CMAS sobre Políticas de Assistência Social e o SUAS, e logo a parceria foi ganhando forma.

Nos anos seguintes, foram realizadas capacitações em vários campos específicos dentro dos Projetos da PAULUS, como o Direito e Cidadania para os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos em vários municípios da Paraíba.

Durante as visitas para capacitações, a Assistência Social PAULUS começou a notar que o Conselho convivia com muitos problemas estruturais e funcionamento limitado. De acordo com o coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, o CMAS não seguia a regulamentação de paridade do conselho: “O Conselho deveria ter a mesma quantidade de membros da sociedade civil e membros do município, além de ter representantes das diversas políticas que atuam com o social, mas não era bem assim que funcionava”, diz Aurimar.

Na época, o Conselho era composto por 56 conselheiros, 28 membros da sociedade civil e 28 indicados pelo município, um número muito acima do habitual. Já no ano de 2016 o CMAS fez uma solicitação à Assistência Social PAULUS, pedindo apoio para ajudar a recuperar o funcionamento do Conselho. “Uma comissão solicitou que dedicássemos um tempo para regulamentar o Conselho. Passamos praticamente dois anos para realizar esse trabalho – desde o número de membros, até a parte jurídica. Também havia o critério de seleção de quem participa do Conselho, entre outros assuntos”, relata Aurimar.

Com o trabalho de reordenamento em curso, ocorreu em 2017 uma nova eleição para formar o Conselho. No início de 2018, Socorro Carvalho assumiu a presidência do CMAS com a missão de dar continuidade à reestruturação. Ela conta que a relação com o Conselho se estabeleceu a partir de sua participação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, uma entidade de assistência social de defesa dos direitos humanos. “Nossa entidade se inscreveu para compor o CMAS, e acabamos sendo eleitos”, narra.

Com o início de um novo mandato, a parceria e as mudanças na gestão, o Conselho ganhou mais fôlego. Naquele ano entrou em atuação Célio Vanderlei, formador ligado ao Núcleo de Formação, Pesquisa e Disseminação Social da PAULUS, que desde 2010 atua nos projetos de assessoramento e defesa dos direitos.

Célio ficou responsável por ministrar as formações aos profissionais de Campina Grande. Ele explica que a situação do CMAS de Campina Grande não é um caso isolado, mas algo comum em todo o Brasil. “O Conselho existia para cumprir a legislação, mas sentia-se inseguro para tomar iniciativas e limitava-se às agendas apontadas pelo Poder Público. A partir da formação, investiu na articulação da sociedade civil, qualificou seus posicionamentos nos temas para os quais foi chamado a deliberar e passou a identificar sua própria agenda”, relata. Célio ressalta que autonomia e segurança para a atuação são elementos essenciais para exercer o controle social da política pública de assistência social.

Durante todo o ano de 2018, o Núcleo PAULUS de Formação esteve presente em Campina Grande apoiando o CMAS. Segundo Célio, foram realizados três encontros formativos, com média de 60 profissionais da área de Assistência Social da região. Além das formações, ocorreram diversas formas de assessoramento a distância, com estudo e orientação sobre documentos e processos de trabalho, esclarecimento de dúvidas e suporte para as ações do Conselho.

Ao longo dos encontros, foram abordadas a história e as bases de concepção da Política de Assistência Social, as normativas relativas à política pública, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), A Tipificação Nacional, a regulamentação das inscrições de entidades e serviços socioassistenciais, a Lei do SUAS Municipal, entre outras.

Os profissionais presentes nas formações, junto a toda a equipe do CMAS, conheceram a fundo as atribuições e o funcionamento do Conselho, o financiamento da Assistência Social, as articulações territoriais e intersetoriais, a organização e o planejamento do Conselho Municipal de Assistência Social.

Socorro Carvalho ressalta que, com o auxílio da Assistência Social PAULUS, o CMAS foi capacitado para exercer o controle social com protagonismo e empoderamento, tudo feito com planejamento e metas a serem cumpridas.

Após um ano de atividades, a parceria chegava ao fim, com grandes mudanças estruturais no CMAS. Aurimar Pacheco considera que o assessoramento em Campina Grande foi uma contribuição direta, contínua e planejada da PAULUS junto ao Conselho. Entre as principais conquistas do CMAS, destaca-se a aprovação da Lei do SUAS no município, dando-lhe credibilidade.

Socorro Carvalho diz que com o reordenamento foi possível organizar as comissões permanentes para que trabalhassem com planejamento, além de promover várias formações no campo da Assistência, a articulação da rede socioassistencial, a preposição para o plano municipal de assistência 2018/2021, entre outras ações.

ENCONTRO REÚNE ADOLESCENTES DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA DA PAULUS E OUTROS TRÊS CENTROS DE ATENDIMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Por Alberto Nascimento

O primeiro Encontro Social de Adolescentes e Jovens do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ocorreu no ano de 2018, no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente PAULUS. Conforme relata Maria do Socorro, Coordenadora Pedagógica dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da PAULUS, a ideia do evento germinou a partir dos debates ocorridos durante os percursos formativos elaborados naquele ano. “A ideia surgiu a partir dos livros do Programa Direito e Cidadania *Conectados*, de Niccholy V. Marques, e *Mais um prato para Pedrinho*, de Carlos Ferrari, durante um momento de grande discussão no CCA PAULUS. Quando percebemos o forte envolvimento dos adolescentes, conversamos em equipe sobre a possibilidade de abrir essa discussão, levando-a para outros SCFV e promovendo um grande debate entre todos. Foi o percurso desses livros que estimulou tudo isso”. Ela complementa: “O primeiro encontro, ano passado, deu muito certo, com grande envolvimento, então decidimos fazer um segundo em busca de novos resultados”.

Agora, em 2019, o evento ganhou sua segunda edição. Além dos adolescentes do CCA PAULUS, também estiveram presentes os Serviços dos Centros de Atendimento à Criança e ao Adolescente CCA Formando Cidadãos (Vila Mariana) e De Olho no Futuro (Osasco/SP), ambos mantidos pela PAULUS, além do Centro de Juventude Tijolinho, Centro de Juventude Coração Materno e Associação Cultural Desportiva Bandeirantes, entidades que colaboraram com a articulação estratégica do evento no território.



Luciano Costa faz sua fala inicial durante o II Encontro Social de Adolescentes e Jovens do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Foto: Arquivo PAULUS.

Fabiano Bueno, Supervisor do CCA PAULUS, explica como se deu essa articulação com a rede local: “O convite foi elaborado com foco em parcerias já estabelecidas. É uma ideia de reforço e manutenção dessas parcerias já construídas. Esse contato com a rede e com as entidades do território é sempre fortalecida cotidianamente, mas situações como essa reforçam esse vínculo”.

“O evento deste ano surgiu a partir do percurso do livro *Democracia*, de Fernanda Campana, que tem sido desenvolvido no CCA, com grande envolvimento dos adolescentes, com o objetivo de que eles se apropriem cada vez mais da atividade e enxerguem o serviço como um espaço de comunicação, de troca e de reflexão sobre direitos e deveres. A ideia era entender como é esse processo de democracia representativa dentro da sociedade. Eles se interessaram bastante pelo percurso e por como ele demonstrou o funcionamento de todas as instâncias da federação. Conforme iam se envolvendo

– como, por exemplo, quando participaram da Pré-Conferência Regional de Assistência Social, à qual levamos alguns dos adolescentes –, foram se aproximando cada vez mais do tema”, explica Fabiano.

O II Encontro Social de Adolescentes foi planejado a partir do tema Democracia e Cidadania, com debates orientados por três eixos: “O que a tecnologia tem a ver com democracia” (apresentado por Fernando Mariano, coordenador do curso de Rádio, TV e Internet na FAPCOM), “Comunicação não violenta e direitos humanos” (apresentado por Luciano Costa, psicanalista e formador da PAULUS) e “Democracia participativa: é possível?” (por Fabiano da Silva, assistente social representante do CRAS – Freguesia do Ó). Conforme ilustra Maria do Socorro, os temas foram propostos pelos próprios adolescentes, seguindo a premissa de representatividade que também orientou o evento.

“A gente tentou captar esses temas a partir das demandas levantadas pelos adolescentes. Cada eixo surgiu de um dos SCFV da PAULUS: o de tecnologia veio do De Olho no Futuro, que tem um leque de atuações muito próximo do tema e uma equipe interessada no assunto. A participação social veio do Formando Cidadãos, que foi estimulada durante o percurso com a educadora Anne. Aqui, no CCA PAULUS, surgiu

a comunicação não violenta e direitos humanos, também a partir de um encontro que realizamos aqui”, diz.

O evento ocorreu em dois momentos; após as falas iniciais, os adolescentes se dividiram em três grandes grupos para debater os temas e pontuar suas particularidades essenciais. Durante a tarde, os resultados dos Grupos de Trabalho foram apresentados e debatidos em plenária com todos os presentes.

Fernando Mariano, que fez a apresentação sobre o tema da tecnologia e foi um dos mediadores do grupo de trabalho, relata um pouco da experiência. “A gente está trabalhando a questão da tecnologia ligada à democracia, com foco na parte de redes sociais. A principal mensagem é o cuidado com a checagem de informações que a gente recebe e retransmite, além de cuidados em relação ao que se produz e se veicula na internet, como a questão das imagens, das notícias, do direito ao esquecimento (por exemplo, se eu publico uma opinião, até quando essa opinião vai ser acessada? Como isso pode causar problemas no futuro?). Desdobramos a questão das imagens, por exemplo, com uma conversa a respeito do *cyberbullying*. E abordamos ainda outros tópicos, como a violência no trato da opinião e do confronto de ideias. Fizemos um debate bem rico nesse sentido.”



Grupo de Trabalho com adolescentes debatendo comunicação não violenta.

Foto: Arquivo PAULUS.



Foto: Apresentação artística ocorrida durante o II Encontro Social de Adolescentes e Jovens do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Este último tópico também esteve presente em outro grupo de trabalho, o voltado para a comunicação não violenta, que foi mediado por Luciano Costa. “É um baita desafio colocar essas coisas juntas neste momento social e político, em que a voz das pessoas está muito suprimida e a crença de que isso é valioso também está suprimida”, aponta. O psicanalista explica um pouco sua metodologia para orientar o debate: “O que encontrei como alternativa, a partir das referências teóricas da comunicação não violenta, é encarar o conflito como um elemento poderoso: ele é visto pelo senso comum como algo a ser rechaçado, mas, na verdade, é no conflito que se encontram as possibilidades; o conflito precisa ser ouvido. Ele fala das partes que estão em choque, então a minha estratégia foi colocar o conflito como foco e desconstruir essa perspectiva sobre ele como uma tentativa de criar outros caminhos para a situação que temos atualmente. E como a ideia de conflito é distante, uso como ferramenta a pergunta. A pergunta é uma forma de ouvir o conflito, pois ela sai do lugar da verdade e se coloca no lugar de quem não sabe”.

A relevância de um espaço de debate como esse é reforçada por Fernando: “Esses adolescentes estão em um momento da vida em que não sabem ao certo como se relacionar com o mundo: é uma fase na qual eles têm dificuldade de perceber os próprios limites e entender os problemas que esses limites (ou a falta deles) podem causar. É importante motivar um debate no qual eles percebam que não existe ‘só o que eu penso, só o que eu publico, só o meu ponto de vista’; o público pode receber (o nosso posicionamento) de uma maneira diferente e isso também pode afetar outras pessoas de uma forma diferente daquela que imaginamos”. Luciano completa, sinalizando os resultados do Grupo de Trabalho que mediou: “É interessante observar como eles estão falando o que estão sentindo, e o primeiro passo para uma boa pergunta é o que eu sinto, pois isso é

o que me humaniza. Quando entendo o que sinto, ou reconheço que sinto algo, minha humanidade vem à tona, e isso reverbera em todas as outras pessoas”, conclui.

Fabiano reforça o impacto do encontro na percepção social dos adolescentes. “Um evento como esse amplia a proposta do CCA de ser um ambiente de debates, de reflexão, de participação, de compreensão da ideia de que eles são protagonistas do meio em que vivem e podem buscar mudanças a partir deste conhecimento dos seus direitos, bem como ampliar a percepção da necessidade, da importância e responsabilidade do governo de assegurar esses direitos.”

Por fim, Maria do Socorro faz um balanço dos resultados desse grande encontro. “O envolvimento deles foi surpreendente. Nós temos adolescentes aqui no serviço que são extremamente tímidos e na plenária falaram com grande desenvoltura. A receptividade para com os adolescentes de outro serviço também foi muito boa: desde que chegaram já foi revelada uma grande acolhida. Isso a gente lê como pertencimento. É bonito ver isso, esse pertencimento e essa participação; mostra como eles se sentem parte de cada atendimento. Esse, para mim, é o principal resultado.”



Adolescentes compartilham em plenária as pontuações levantadas pelo Grupo de Trabalho sobre comunicação não violenta.

START

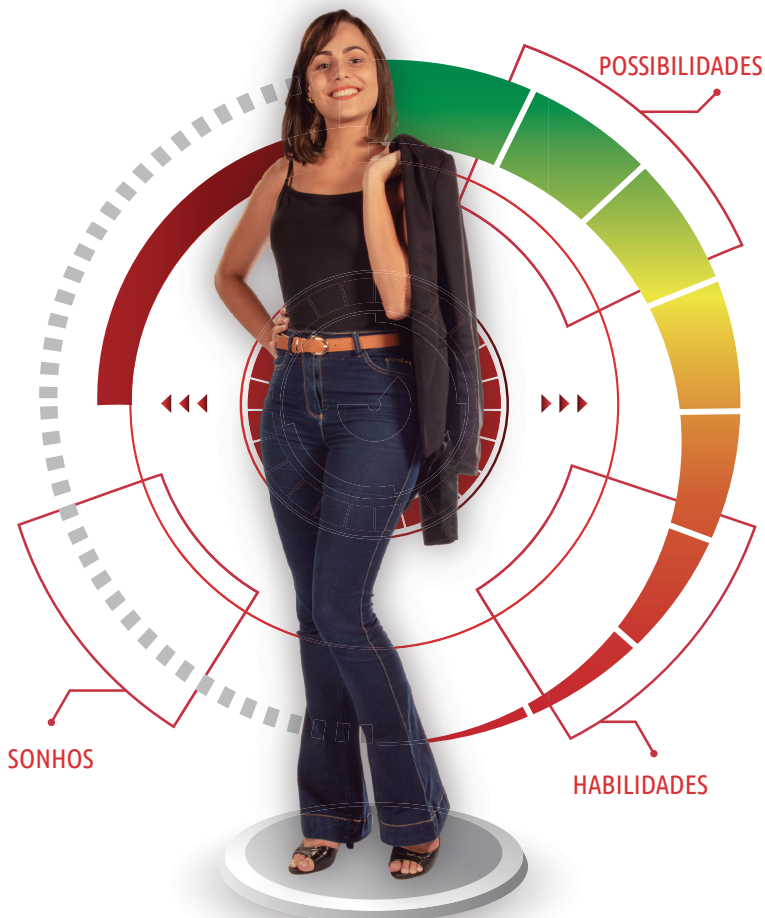


SUA EVOLUÇÃO



Entre as Melhores Faculdades de Comunicação do Brasil (MEC)

- Bolsas de até 100% por mérito na pontuação do ENEM ou VESTIBULAR;
- Bolsas PROUNI de 50% e 100%;
- Bolsa especiais para transferências de até 50%.



Jornalismo

5 ENADE/2018 (Conceito Máximo) 4 ANOS Premiações INTERCOM

Jornalismo melhor avaliado do Brasil no Conceito contínuo do ENADE

Publicidade e Propaganda

5 ENADE/2018 (Conceito Máximo) 4 ANOS Bacharelado

Publicidade e Propaganda melhor avaliado no ENADE na cidade de São Paulo

Rádio, Tv e Internet

5 Renovação de Reconhecimento MEC/2017 (Conceito Máximo) 4 ANOS Bacharelado

Fotografia

4 Reconhecido MEC/2016 (Faixa de Excelência) 2 ANOS Graduação Tecnológica

Relações Públicas

4 Renovação de Reconhecimento MEC/2016 (Faixa de Excelência) 4 ANOS Premiações INTERCOM, ABRP e ABRPCORP

Multimídia

4 Reconhecido MEC/2016 (Faixa de Excelência) 2 ANOS Graduação Tecnológica

Filosofia

4 Bacharelado Reconhecimento MEC/2015 (Faixa de Excelência) 3 ANOS 4 ANOS Licenciatura - Conceito Máximo Reconhecimento MEC/2016

Audiovisual

5 Reconhecido MEC/2019 (Conceito Máximo) 2 ANOS Graduação Tecnológica

Mais que um nome,
CONTEÚDO.



fapcom.edu.br
0800 709 8707

ASSESSORAMENTO DEFESA GARANTIA DE DIREITOS ATENDIMENTO

Assistência Social PAULUS
paulus.org.br



Acesse o nosso site!

